

Revista de  
**Direito Econômico e  
Socioambiental**

ISSN 2179-8214

Licenciado sob uma Licença Creative Commons



# **REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL**

vol. 11 | n. 3 | setembro/dezembro 2020 | ISSN 2179-8214  
Periodicidade quadrimestral | [www.pucpr.br/direitoeconomico](http://www.pucpr.br/direitoeconomico)  
Curitiba | Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR



## **A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável como instrumento de manutenção da colonialidade sobre os recursos naturais**

*The appropriation of the sustainable development discourse as an instrument of coloniality maintenance over natural resources*

**Fernanda Rezende Martins\***

Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)  
fernandam@hotmail.com

**Tatiana de A. F. R. Cardoso Squeff\*\***

Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)  
tatiafc Cardoso@gmail.com

Recebido: 30/06/2020

Received: 06/30/2020

Aprovado: 22/09/2020

Approved: 09/22/2020

Como citar este artigo/How to cite this article: MARTINS, Fernanda Rezende; Tatiana A F R Cardoso Squeff. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável como instrumento de manutenção da colonialidade sobre os recursos naturais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 30-53, set./dez. 2020. doi: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v11i3.27201

\* Mestranda na Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia-MG, Brasil), na Linha de Pesquisa: "Sociedade, Sustentabilidade e Direitos Fundamentais" (2019-2021). Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pela PUC-Minas. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: fernandam@hotmail.com

\*\* Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia-MG, Brasil) e professora adjunta na graduação na mesma instituição. Doutora em Direito Internacional pela UFRGS, com período sanduíche na University of Ottawa. Mestre em Direito Público pela Unisinos, com período de estudos junto à University of Toronto, com fomento CAPES e DFAIT. Pós-graduada em Relações Internacionais pela UFRGS/PPGEEI, em Direito Internacional pela UFRGS/PPGD. E-mail: tatiafc Cardoso@gmail.com

## Resumo

Os estudos decoloniais evidenciam a colonialidade sobre os recursos naturais no discurso sobre o desenvolvimento e como este foi “ecologizado” quando múltiplas crises surgiram como resultado da extrapolação dos limites da natureza. Contudo, tal remodelagem não põe fim à prática colonial de exploração, inclusive, aprofundando desigualdades nos países que um dia foram colônia. Assim, neste artigo almeja-se observar como o discurso do desenvolvimento sustentável perpetua práticas colonialistas ao ser apropriado por nações hegemônicas, que, agindo sob o manto do desenvolvimento econômico, transformam tal ambição em prática inversa à pretendida. Para tanto, busca-se (a) compreender a colonialidade sobre os recursos naturais, (b) discernir como o discurso desenvolvimentista remodelou a prática colonial recente, (c) identificar as crises resultantes do rompimento dos limites da natureza e (d) analisar a forma como o discurso desenvolvimentista disfarçou seus efeitos através da sustentabilidade. Por meio do método dedutivo e da técnica bibliográfica e documental, realiza-se uma pesquisa aplicada descritivo-exploratória, verificando a influência do pensamento eurocêntrico para a formulação do discurso desenvolvimentista e a sua transformação em sustentabilidade. Por fim, os resultados apontam que a solução da insustentável exploração de recursos naturais de países não-europeus é fruto da modernidade e da própria manutenção da colonialidade.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; recursos naturais; discurso desenvolvimentista; colonialidade; natureza.

## Abstract

*Decolonial studies show the coloniality over natural resources in the discourse on development and how it was “ecologized” when multiple crises arose as a result of the extrapolation of the limits of nature. However, such a remodeling does not end the colonial practice of exploiting natural resources, even deepening inequalities in countries that were once a colony. Thus, in the present we plan to observe how the discourse of sustainable development perpetuates colonialist practices when it is appropriated by hegemonic nations, who, acting under the cloak of progress and economic development, transform such ambition into a reverse practice. For that, we intend to (a) understand coloniality over natural resources, (b) discern how developmental discourse reshapes recent colonial practice, (c) identify crises resulting from the breaking of the limits of nature, and (d) analyze the way the developmental discourse sought to disguise its effects through the idea of sustainability. Through the deductive method and the bibliographic and documentary technique, an applied descriptive-exploratory research is carried out, verifying the influence of Eurocentric thinking for the formulation of developmental discourse and its*

*transformation into sustainability. At the end, the results show that the solution of unsustainable exploitation of natural resources in non-European countries is the result of modernity and the maintenance of the coloniality.*

**Keywords:** *sustainable development; natural resources; developmental discourse; coloniality; nature.*

## Sumário

1. Introdução; 2. A colonialidade e a ideia de desenvolvimento; 2.1. A colonialidade na apropriação da natureza; 2.2. O “desenvolvimento” dos recursos naturais para o desenvolvimento humano; 3. A crise ecológica e a incongruência do discurso do desenvolvimento sustentável; 3.1. Os limites da natureza e a crise ecológica; 3.2. A falácia do discurso do desenvolvimento sustentável: resquícios da colonialidade; 4. Considerações finais. Referências.

---

## 1. Introdução

A forma como o homem se relaciona com a natureza marcam não apenas seu destino, mas o de toda a vida na Terra. Ao contrário de outras espécies, o homem simboliza o que ele registra da natureza. Se no período pré-histórico sua percepção era representada por meio de pinturas, a partir do século XVII, na Europa, esta assimilação se deu pela ciência e tecnologia. Com elas, o homem – em particular, o branco, europeu, católico, patriarca, heterossexual etc. – buscou forjar a atividade de criação e ressurgimento da natureza, buscando eliminar qualquer escassez existente, além de conhecer, dominar e transformar o ambiente para seu proveito (BRAGATO, 2014).

Neste contexto, os recém-formados Estados Modernos ibéricos desejavam expandir seus lucros, mantendo vantagem sobre outros territórios que não utilizavam os seus recursos naturais enquanto mercadoria passível de troca. Assim, é inaugurada a chamada “modernidade”, um sistema-mundo em que a Europa passa a ocupar o lugar de centro e o resto do mundo a sua periferia (WALLERSTEIN, 2007). Consequentemente, foi retirada da natureza seu poder criativo, tornando esta um repositório de matérias-primas que aguardam sua transformação em insumos para a produção de bens consumíveis e intercambiáveis.

A ideia de um caminho linear em direção ao progresso liderado pela Europa torna-se um disfarce para o poder de dominação que exerceu, primeiramente, sob a forma de colonização de continentes, e depois, sob a

forma de colonialidade até os dias de hoje. Isso porque, independente do fim da dominação política ou do uso da força bruta, a manutenção de discursos, padrões e ações, que perpetuam os ideais dos países do Norte revela também a sustentação de uma colonialidade na exploração de recursos naturais de países não-europeus<sup>1</sup>.

A Segunda Guerra Mundial chegou ao fim tendo como destaque mundial os Estados Unidos o qual, para manter a influência e poderio centralizado, buscou, por meio da consolidação do discurso do desenvolvimento, justificar a exploração de recursos naturais nos países marcados pela colonização como forma de levar progresso e eliminar desigualdades, como se esta fosse a única e ideal maneira de se alcançar o tão sonhado bem-estar (ESTEVA, 2000). No entanto, a consequente multiplicidade de crises que assolou a humanidade, por meio da autoprodução de riscos, desastres, escassez e aprofundamento das desigualdades deixou clara a insustentabilidade do discurso.

Nesse passo, particularmente quanto a exploração desmedida de recursos naturais, a necessidade de ecologização do discurso se tornou evidente, sendo necessária a imposição limites à tais condutas, o que, por certo, dá ensejo ao estudo acerca desta necessidade da citada alteração. Em vista disso, o presente texto tem como objetivo central analisar como o discurso do desenvolvimento sustentável pode perpetuar práticas colonialistas, demonstrando a forma em que as nações hegemônicas buscam legitimar e justificar as suas condutas. Para tanto, realiza-se uma pesquisa aplicada descritivo-exploratória, a qual é conduzida através do método de abordagem dedutivo e das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, para análise das práticas coloniais no discurso do desenvolvimento e como estas ainda restam presentes na ideia de sustentabilidade hoje difundida.

Dessa maneira, no primeiro tópico, serão apresentados o contexto e os fenômenos que provocaram a mudança da relação do homem com a natureza e de que forma os europeus se apropriaram destas situações para legitimar uma dominação sobre povos e recursos naturais de outros continentes. Além disso, depois de trabalhada a ideia de colonialidade sobre os recursos naturais, será desenvolvida a noção de desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que o termo “colonialidade” será utilizado neste trabalho no sentido elaborado por Aníbal Quijano (1997), isto é, referente à manutenção de práticas, saberes e ideais oriundos do norte global, mesmo após a independência política dos países do sul.

propagada pelo Norte global, ocidental, hegemônico, como forma de manter antigos territórios colonizados como fornecedores de matérias-primas, em que pese o seu desentrelaçamento político/formal corrente.

Já no segundo tópico, as múltiplas crises decorrentes do modelo de desenvolvimento pregado serão apresentadas. A autoprodução de riscos, os desastres, a escassez e a exclusão de outras formas de se relacionar com a natureza provocam uma verdadeira crise civilizatória. A necessidade em se repensar e respeitar os limites da natureza resultam na “ecologização” do discurso do desenvolvimento, sendo trabalhadas neste ponto a crise em termos de sustentabilidade e sua apropriação por nações hegemônicas.

Ainda, importa ressaltar a importância do presente estudo, especialmente pela necessidade de um olhar crítico à construção da ideia de desenvolvimento sustentável, principalmente pelos países não-europeus, onde a exploração de recursos da natureza é facilmente justificada por ideais como o “desenvolvimento”, o “progresso” ou de uma suposta ausência de prejuízo à natureza quando da condução de suas atividades. Afinal, reconsiderar as condições impostas para se alcançar o bem-estar é reconhecer que a crise ecológica evidencia uma crise econômica e cultural da civilização e uma racionalidade ainda imperante da modernidade.

## **2. A colonialidade e a ideia de desenvolvimento**

A partir do século XVII, o desenvolvimento científico provocou uma mudança na forma de se enxergar a natureza. Em tal contexto, os recém-formados Estados Modernos estabeleceram um sistema de colonização, onde natureza e povos eram transformados em mercadoria. Para isso, a justificativa da dominação pairou-se sobre a ideia de modernidade, reproduzida pela Europa, a qual não teve seu projeto encerrado com a independência e descolonização dos territórios explorados na qualidade de colônias.

Assim, o projeto de levar a modernidade e o progresso para as demais regiões do planeta, como disfarce da exploração sobre povos e recursos naturais, continuou sendo efetuado por meio da colonialidade. Com isso, a dependência da periferia em relação ao centro do sistema-mundo, a Europa, não mais se limitava ao âmbito econômico e político, passando a ser igualmente notada em discursos promovidos pelo Norte global, tal como o ‘desenvolvimentista’, forjado ao final da Segunda Guerra

Mundial, explicitando a contínua existência de uma colonialidade na apropriação da natureza.

## 2.1. A colonialidade na apropriação da natureza

Entre o período pré-histórico e medieval, o homem não se arriscava a perturbar a ordem natural do mundo, senão mediante infinitas precauções, consciente de sua pertença a um universo cósmico no seio do qual a natureza e sociedade, grupo e indivíduo, praticamente não se distinguem (OST, 1995, p. 31). Desta forma, a natureza permanecia “encantada”, seguindo um percurso que ultrapassava o conhecimento humano, submetendo a sobrevivência deste aos seus ritmos e às suas leis.

Com o início do movimento iluminista na Europa, o século XVII marca o estabelecimento de uma nova relação do indivíduo (Europeu) com o mundo. Isso porque, o desenvolvimento científico provoca uma mudança na forma de se enxergar a natureza: esta deixa de ser considerada sagrada e seus fenômenos já não se relacionam com a ideia de destino ou de inevitabilidade. Agora, pautado no individualismo possessivo, o homem, a nova medida de interpretação, instala-se no centro do Universo, apropriando-se dele e preparando-se para dominá-lo e transformá-lo (OST, 1995, p. 53).

É neste contexto que se inaugura a chamada “modernidade”<sup>2</sup>, onde a ideia de um caminho linear em direção a um esperado progresso liderado pela Europa torna-se um disfarce para o poder de dominação que exerceu, primeiramente, sob a forma da colonização (BRAGATO, 2014, p. 226). Poder este que não se articulou apenas pelo uso da força bruta, mas na construção de discursos que produziram dicotomias hierárquicas<sup>3</sup>, forjando uma superioridade do homem europeu frente aos demais povos, legitimando uma missão civilizatória.

---

<sup>2</sup> Dussel (2005, p. 27) salienta que o projeto da modernidade não se resume apenas ao avanço da Europa sobre povos e culturas, em nome da emancipação do ser humano para um mundo mais “avançado” e “desenvolvido”. Muito além de um ideal regional ou eurocêntrico, a modernidade também representa, num sentido mundial, a prática de um domínio que se configurou como “centro” da História Mundial, transformando práticas socioeconômicas, conhecimentos e a própria visão identitária destes povos.

<sup>3</sup> “Essa classificação resultou introjetada no imaginário colonial [...] que cristalizou uma pretensa superioridade dos povos de origem europeia, branca, capitalista e cristã, sobre os povos de origens diversas, não-brancos, não-capitalistas, não cristãos e que orientam a reprodução da própria existência material, simbólica e afetiva a partir de outros referenciais cosmológicos” (FERREIRA, 2016, p. 04).

A exploração ocorrida durante o colonialismo histórico, que marcou tanto nações americanas a partir do século XV quanto países africanos no final do século XIX, foi indispensável para a existência e manutenção do capitalismo industrial. O ato de dominar, nesse caso, equivale, a negação do outro, sendo estendível tanto para povos, etnias, grupos ou classes sociais como para a própria natureza (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 21). Assim, durante este período, a exploração de bens primários foi levada a cabo através da mão visível da dominação política (CORONIL, 2000, p. 55).

A diversidade de visões orgânicas nas quais a vida humana não se distanciava da terra foram, pouco a pouco, suprimidas com as práticas colonizadoras, onde a natureza passou a ser vista e manejada como uma fonte inesgotável de recursos. Consequentemente, o próprio conceito de “recursos naturais”, que antes enfatizava a autorregeneração da natureza, foi alterado: recursos naturais passam a ser aquelas partes da natureza necessárias como matéria-prima para a produção industrial e para o comércio colonial. Com isso, é negada à natureza a capacidade de renovar-se e de crescer. Tal concepção se manteve, inclusive, após o período de colonização.

No século XIX, o movimento de construção de nações independentes poderia supor o fim do colonialismo histórico-político. No entanto, Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 164) ressalta que esta não foi condição necessária e suficiente para a emancipação político-econômica dos países, tendo o colonialismo apenas mudado de forma. É a partir desta análise que surge o conceito de colonialidade, cunhada por Aníbal Quijano (1997), entendido como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização formal.

O desdobramento da ideia de colonialidade<sup>4</sup> é uma tentativa de se explicar a chamada “modernidade” como um processo vinculado à experiência colonial. A partir dela é possível identificar, assim como exposto, que as relações de dependência entre centro e periferia não se

---

<sup>4</sup> Quijano (2000) elabora o conceito da colonialidade do poder para explicar a forma de colonização, muito mais subjetiva, em que os povos colonizados aprendem a cultura dos dominadores para a reprodução dessa dominação no campo material, tecnológico e subjetivo. Além disso, esta ideia também se desdobrou na chamada colonialidade do ser, em que Maldonado-Torres (2007) elucida como sendo uma imposição da imagem de um grupo sobre outro, adjetivando suas emoções, divindades, crenças e práticas. Por fim, Lander (2005) cita a chamada colonialidade do saber, que retrata a violência e o racismo epistêmico, que coloca a ciência hegemônica como única forma de conhecimento válido e universal.

limitavam e nem se limitam ao âmbito econômico e político, mas também na construção do conhecimento. Dessa forma, a modernidade era criada numa relação com a colonialidade, onde a subordinação passou a ser reproduzida pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno, incluindo a relação com a natureza, como exprime Assis (2014, p. 616):

Se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais se legitimava pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam: consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial, a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradadas e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna.

Quer isso dizer que, mesmo após o fim da subjugação política dos continentes explorados, a manutenção de um o relacionamento setorizado com a natureza afastou o homem de outras relações com esta, que não fosse a de distanciamento e objetificação. Inclusive, Ost (1995, p.10) observa que a modernidade ocidental transformou a natureza em “ambiente”: simples cenário no centro do qual reina o homem, que se autoproclama “dono” e “senhor”, extrapolando limites que repercutem na atual crise ecológica.

Nesse sentido, não é de se estranhar que os países que sofrem hoje os mais graves desequilíbrios ecológicos são aqueles que conheceram as rupturas brutais de seus ecossistemas por meio da colonização. Marcada por um histórico de exploração, a natureza desses territórios não se beneficiou de tempo hábil para se recuperar e adaptar. Isso porque, logo após o fim da exploração colonial, estes mesmos territórios receberam o início do processo de industrialização, o qual manteve a lógica colonialista, sob o manto do ideal civilizatório ocidental(izado).

Exemplo da perpetuação dos processos de expropriação de recursos naturais localizados em países da periferia do capitalismo é a extração de bens minerais na América Latina. A colonialidade permitiu não só as primeiras fases da extração mineral no período colonial, mas também as suas transformações ao longo desses mais de quinhentos anos. Deste modo, mesmo que não seja mais alvo do domínio político-administrativo dos colonizadores, a extração ainda funciona como espaço de avanço das frentes de acumulação do capital: é o chamado “neoextrativismo”<sup>5</sup>, vivenciado no século XXI, resultado desse processo, com configurações e características completamente distintas, envolvendo um novo pacto entre os países desenvolvidos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 343).

Isto posto, é nítida a construção histórica da chamada modernidade às custas de terras colonizadas e o contexto atual de permanentes práticas utilitaristas no que tange à exploração de riquezas naturais, evidenciam a denominada colonialidade na apropriação da natureza. Isso significa a existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias. Além disso, também representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios (ASSIS, 2014, p. 615). Este comportamento foi perpetuado pelo discurso do desenvolvimento, o qual foi a base para a manutenção do domínio sobre os corpos, saberes e recursos naturais das antigas colônias.

## **2.2. O “desenvolvimento” dos recursos naturais para o desenvolvimento humano**

A Modernidade e os Estados Nacionais consolidaram o ideário tipicamente europeu da dinâmica capitalista/liberal, transformando valores, saberes e fazeres por todo planeta. Como resultado, construiu-se a relação entre crescimento e enriquecimento, revestido de uma alta conotação econômica, que serviu como justificativa, após as descolonizações políticas, para um longo processo histórico-geográfico,

---

<sup>5</sup> Para Milanez e Santos (2016, p. 343), o neoextrativismo se caracteriza como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho.

ideológico, massificador e globalizante do puro extrativismo de recursos naturais<sup>6</sup>.

Assim sendo, se os Europeus foram responsáveis pela afirmação dessa estrutura exploratória de recursos naturais, inegavelmente quem a perpetuou foram os Estados Unidos, ao final da Segunda Guerra Mundial. Isso porque, o pós-guerra foi marcado pelo fato de os estadunidenses terem se consolidado como uma máquina produtiva formidável, sem precedentes na história, (ESTEVA, 2000, p. 59). fundada em uma nova percepção do eu e do outro.

Dessa maneira, durante o discurso de recondução à presidência de tal nação em 1949, Harry S. Truman, apresentou a ideologia do desenvolvimento, cuja missão era a de proporcionar avanços e progresso industrial para as áreas subdesenvolvidas, vez que, por definição, este seria o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social, reforçando a sua dicotomização<sup>7</sup> entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” – estes agora despidos de sua realidade e diversidade (ESTEVA, 2000, p. 60).

Fica claro que a metáfora do desenvolvimento seguiu o padrão ocidental, não no que tange ao geográfico, mas, sim, o ocidental ideológico – da formação de uma sociedade desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna (CARVALHO, 2010, p. 03). Consequentemente, o estabelecimento de valores econômicos para todas as práticas e bens provocou uma desvalorização de todas as outras formas de vida social. Comunidades que antes eram orientados por princípios que tinham a natureza como principal sustentação da vida, agora encaram a realidade colonializada pelo discurso do desenvolvimento. Com isso, a reprodução do sistema do capital foi se configurando enquanto “desenvolvimento”, tendo em vista a negação de envolvimento com a natureza, que estava, até então, difundida em grande parte do chamado mundo ‘subdesenvolvido’ (FERREIRA, 2016, p. 05).

Se antes do colonialismo e da colonialidade/industrialização era possível encontrar a natureza e o homem evoluindo normalmente, lado a

<sup>6</sup> Para Ost (1995, p. 30), não basta dizer que a relação do homem com a natureza se economizou, sendo reduzida a um cálculo de custos-benefícios. Mais do que isso, o autor entende que esta relação se antropomorfizou, pois a natureza foi reduzida aos interesses exclusivos da espécie humana.

<sup>7</sup> “Essa classificação vem sendo reelaborada em diversos contextos históricos e geográficos. Se até o século XIX, ela se baseava na polaridade entre ‘civilizados’ e ‘selvagens’, no período posterior às duas guerras mundiais, em meados do século XX, uma nova classificação dos povos os distribuiu entre ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’, ou ainda, entre ‘modernos’ e ‘atrasados’, ou entre ‘modernos’ e ‘tradicionais.’” (FERREIRA, 2016, p. 04).

lado, sem grande interferência entre si, com esta nova visão, as riquezas naturais, cuja verdadeira natureza deveria ressurgir espontaneamente, foram transformadas em matérias manipuláveis e sem vida própria (SHIVA, 2000, p. 301). Diante dessas mudanças, a relação do homem e do meio ambiente também se transformaram, afinal, as políticas coloniais buscaram “desenvolver” os recursos naturais de uma forma planejada, para manter um fluxo de capital e de matérias-primas constantes, como se fossem inesgotáveis. Até mesmo porque, por meio desta prática, a geração de renda e o acúmulo de capital seriam facilitados.

Comportamento este que nega a capacidade da natureza de se renovar e crescer, dependendo totalmente do ser humano; fazendo com que o desenvolvimento deste se torne essencial para o contínuo desenvolvimento dela mesma. Com esse olhar, apenas o conhecimento e a técnica criada por seres humanos é que poderiam tornar os recursos naturais úteis (SHIVA, 2000, p. 301), terminando por consolidar a união da ciência, da racionalidade moderna e do capital na dominação da natureza e da própria sociedade.

Contudo, a constante extrapolação dos limites da natureza fez com que o processo de modernização fosse privado de seu fundamento de legitimidade até então vigente, qual seja, o combate à miséria/subdesenvolvimento. Isso porque, a produção social de riqueza trouxe com ela a produção de riscos. Desta maneira, consagrou-se o que foi chamado por Beck (2011, p. 23) de o fim dos “outros”, isto é,

[...] o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento, algo que se tornou palpável com a contaminação nuclear. A miséria pode ser segregada, mas não os perigos da era nuclear[...] os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucram com eles. Eles contêm um efeito bumerangue, que implode o esquema de classes. Tampouco os ricos e poderosos estão seguros diante deles (BECK, 2011, p. 27).

Dessa forma, a relação do homem com a natureza na atualidade, marcada pela ideia de modernidade, exploração, industrialização além de outras práticas colonializadas, se antes afetavam apenas um local determinado, hoje já se expandem pelo globo. Afinal, começa-se a observar que a degradação ambiental, os padrões de povoação, as escolhas de vida e

de comportamento contribuem para o aumento do risco de desastres<sup>8</sup>, que, por sua vez, afeta negativamente o desenvolvimento humano e contribui para a destruição ambiental, em um verdadeiro ciclo vicioso (UNEP, 2008).

Desta feita, pode-se afirmar que a exploração desmedida e a falta de recursos, em nome do progresso, trazem, sim, riscos, vulnerabilidades e danos para toda a humanidade, independentemente de barreiras geográficas e do tempo. O desenvolvimento e os desastres se cruzam de diversas maneiras, de modo que os países em desenvolvimento se tornam os alvos mais vulneráveis às consequências introduzidas pelo discurso desenvolvimentista. Com isso, a noção até então perdida de que homem e natureza eram um só, agora vem a reboque a partir dos efeitos da exploração colonializada, que termina por produzir uma verdadeira crise ecológica no globo hodiernamente.

### **3. A crise ecológica e a incongruência do discurso do desenvolvimento sustentável**

Após a compreensão dos efeitos da colonialidade sobre os recursos naturais, faz-se imperioso apresentar como a manipulação da natureza por meio do discurso desenvolvimentista provocou a extrapolação de seus limites, instaurando-se uma genuína crise ecológica. Crise esta que repercute na produção social de riscos, de desastres, de novos tipos de pobreza e exclusão de outras formas de organização social.

Outrossim, a partir do momento em que resta evidente que nem todo crescimento econômico se transforma em desenvolvimento e que é necessário impor limites à exploração da natureza, o então discurso do progresso passa a ser remodelado, sendo cunhado de desenvolvimento sustentável. Ocorre que esse desenvolvimento, por não se distanciar efetivamente do modelo anterior, ainda demonstrando a marca da colonialidade sobre os recursos naturais, também pode ser considerado um discurso que fora apropriado por setores hegemônicos ocidentais, do Norte global, terminando por receber outro significado, mais ligado ao próprio desenvolvimento do que com a natureza.

---

<sup>8</sup> Desastres podem ser caracterizados pelo resultado do processo de acumulação de risco, que decorre da combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco (EIRD, 2004).

### 3.1. Os limites da natureza e a crise ecológica

Acreditou-se, por muito tempo, que o capital e a tecnologia tinham poderes de autorregeneração e que o crescimento seria capaz de colocar fim à escassez, cessando, em definitivo, a luta pela sobrevivência na sociedade (SHIVA, 2000, p. 32). Assim, o capital e os investimentos substituíram totalmente os processos vitais da natureza, sendo tolerada a ideia de que a criação da abundância perpassava a necessidade de se romper os limites da natureza.

Ocorre que, com os recursos sendo tratados de forma manipulável, passíveis de exploração econômica, perdeu-se a atitude de reciprocidade frente à natureza, passando-se a crer que ela só teria valor a partir do espírito inventivo e o trabalho do homem. Assim, se os limites da natureza são caracterizados pela capacidade de manutenção da vida que esta abriga, quando essa vida passa a consumir mais do que precisa para sua reprodução, se instaura um desequilíbrio (SILVA, 2019, p. 67).

Tal desequilíbrio gera uma crise, a qual Ost (1995, p. 09) entende como sendo, simultaneamente, a crise do vínculo e a crise do limite. A primeira diz respeito ao fato de já não conseguirmos discernir o que nos liga ao animal, ao que tem vida, à natureza, já a crise do limite se dá por não sermos capazes de discernir o que deles nos distingue. Dessa forma, enquanto não for repensada a relação com a natureza e enquanto o homem não for capaz de descobrir o que dela os distingue ou os une, nem o maior e melhor poder criativo e força inventiva do homem será capaz de salvar a Terra das múltiplas crises que esta enfrenta na era do antropoceno ocidentalizado e colonialista.

Neste sentido, uma das crises observadas refere-se à ampliação da capacidade de intervenção do homem sobre a natureza, sendo possível identificar em quase todos os desastres denominados naturais algum fator antropogênico (CARVALHO; DAMACENA, 2013, p. 25). Isso significa dizer que a maioria dos problemas ambientais relatados como “acidentes naturais” não são, na verdade, obra apenas da natureza, de modo que a constante violação dos limites desta por parte de cientistas e planejadores em suas tentativas de expandir infinitamente o crescimento e o consumo provocam danos que ultrapassam barreiras do tempo e do espaço.

Neste rompimento de fronteiras, o próprio processo de desenvolvimento enfrenta hoje novos limites os quais ameaça a

sobrevivência humana, sendo de forma mais incisiva aos excluídos do processo capitalista humanizatório ocidental. Apesar de todos estarem sujeito a riscos decorrentes da extrapolação dos limites da natureza, como demonstrado por Beck (2011) na denominada “sociedade de risco”, cada grupo irá receber os impactos da degradação ambiental de forma diferente, levando-se em conta o seu grau de vulnerabilidade e capacidade<sup>9</sup>.

Sendo assim, obviamente que os grupos que vivem em regiões mais próximas à degradação, que já possuem outros tipos de vulnerabilidade, como a social, a informacional e a estrutural, para citar algumas, além de ter um precário ou inexistente planejamento de se reorganizar em situações de desastre, serão os mais prejudicados<sup>10</sup>. A indiferença diante dos riscos, que sempre encontra na superação da carência palpável sua justificação, faz com que para o Norte e para as elites – colonializadas – do Sul o custo ecológico dos processos econômicos continue a ser quase invisível, em que pese extremamente presente para grande parte da população mundial.

Consequentemente, onde grupos que não se adequem à relação mercantil com a natureza tornam-se simples obstáculos a serem eliminados, ressaltando o imenso descaso para com estes, que, inclusive, termina por conduzir a mitigação dos direitos à reprodução de suas práticas culturais quando são instalados empreendimentos que afetem a dinâmica do grupo e pela degradação de recursos essenciais para suas formas de subsistência<sup>11</sup>. Estes povos são vistos como uma “sub-humanidade”, como analisa Krenak (2019, p. 11), os quais ainda vivem em comunhão com a

---

<sup>9</sup> A vulnerabilidade se refere às condições estabelecidas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto dos riscos e perigos. Já a resiliência indica a capacidade de um sistema acomodar condições variáveis e inesperadas sem falha catastrófica, ou a incapacidade de absorver choques sem maiores distúrbios (CARVALHO; DAMACENA, 2013, p.56).

<sup>10</sup> Dessa forma, os desastres, mesmo os de origem natural, são consequências de relações sociais, pois as áreas vulneráveis a tais ameaças são continuamente ocupadas, e mais intensivamente ocupadas pelas populações mais pobres. Isso justifica-se pela menor valorização das referias localidades, a ausência de uma cultura preventiva de desastres e/ou insuficiência das ações do poder público em promover o crescimento e o desenvolvimento urbano com base em princípios sustentáveis. Sendo assim, a distribuição do risco nos diferentes espaços urbanos e seus moradores está mais profundamente relacionada aos processos desiguais de produção desse espaço e dos meios devida e de bem viver (FURTADO; SILVA, 2014, p. 26).

<sup>11</sup> Um exemplo desta situação seria, por exemplo, o completo descaso para com as comunidades indígenas que estavam situadas na Volta Grande do Xingu, no estado do Pará, em grande parte deslocadas a áreas urbanas em função da construção da hidrelétrica de Belo Monte (SQUEFF, 2016).

terra, e que agora perdem espaço devido ao entendimento eurocêntrico de que existe apenas uma forma de se portar perante/frente à natureza.

Todo este cenário de múltiplas crises ecológicas pode ser caracterizado como sendo mais um dos fracassos da modernidade (LEITE; BELCHIOR, 2012, p. 15). Afinal, a modernidade conduziu-se pela via da ilimitabilidade e irresponsabilidade, gerando não somente a produção social de riscos e danos, como a escassez de recursos naturais. Tal afirmação é importante, ao se observar que a deterioração da capacidade regenerativa da natureza está no cerne da citada crise ecológica hoje vivenciada, a qual influencia todos os aspectos da vida social.

Nesse sentido, o tratamento da natureza como um recurso que só adquire valor através da exploração econômica foi essencial tanto para o projeto do desenvolvimento quanto para a crise do mesmo. Exemplo disso é o paradoxo que os países “subdesenvolvidos” vivem: em nome da superação da desigualdade e da pobreza governos progressistas impulsionam a expansão de atividades extrativas – notadamente petróleo e minérios – cujos custos sociais e ambientais têm gerado grande exclusão e desigualdade (MILANEZ, 2016, p. 344).

Assim sendo, uma das principais estratégias para justificar e legitimar a realização de grandes explorações é o desenvolvimento. Argumento que impossibilita o diálogo entre diferentes visões, fazendo com que países colonizados no passado continuem fazendo o papel de exportador de recursos primários – uma “autorização” que, para promover o desenvolvimento, mantendo a lógica extrativista, onera o meio ambiente e impõe transformações político-sociais profundas.

Diante do exposto, o discurso do desenvolvimento - e consequentemente do subdesenvolvimento - se mostra falacioso, isto é, como aduz Freitas (2011, p. 153), que advém de erros lógicos, conscientes ou não, enganadores ou auto-enganadores, que servem para ludibriar e formar pré-concepções, estereótipos e más decisões no que se refere ao meio ambiente. Neste sentido, a ideia de subdesenvolvimento embaralha necessidades específicas e limita potencialidades.

Apesar de ser apenas uma percepção, ninguém parece suspeitar que o conceito de “falácia” não se refere a um fenômeno real: o referido termo é apenas um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo e de como se deve “utilizar” a natureza (ESTEVA, 2000, p. 66).

Destarte, a falácia do discurso do desenvolvimento gerou uma crise ecológica e, conseqüentemente, a própria crise do ideal desenvolvimentista. A geração de novas exclusões, a escassez de recursos naturais, a produção social de riscos e a ocorrência de desastres com causas antropogênicas provocaram a necessidade de se apoderar de um novo discurso, que dê conta das situações atuais, mas que, ao mesmo tempo, mantenha a colonialidade sobre os recursos da natureza – que é o discurso do desenvolvimento sustentável, a ser debatido na sequência.

### **3.2. A falácia do discurso do desenvolvimento sustentável: resquícios da colonialidade**

Mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, a ideologia dominante do desenvolvimento era de preocupação exclusiva com transformação da natureza em matérias-primas e o uso destes recursos para produção de bens e para a acumulação de capital (ALMEIDA, 2015). Contudo, já após o citado conflito, esse cenário passou a se alterar com a descoberta de incapacidade da tecnologia em suprir a falta de recursos naturais do planeta, surgindo a denominada “ecologização” do discurso da escassez - uma crescente conscientização de que o processo de desenvolvimento desmedido estava esgotando não só os recursos não-renováveis, como também, transformando aqueles renováveis em não-renováveis (SHIVA, 2000, p. 303).

No entanto, insta observar que, reconhecer os limites da natureza, implicaria necessariamente que o homem aceitasse limites para si, assim como compreendesse que o não estabelecimento de linhas divisórias na sociedade provocaria uma ruptura dos próprios limites naturais. Deste modo, tornou-se claro que o “desenvolvimento” desmedido de recursos naturais constituiu uma ruptura dos limites naturais a fim de satisfazer as demandas ilimitadas do mercado (SHIVA, 2000, p. 301).

Neste contexto, o princípio da sustentabilidade emergiu com o objetivo de provocar a ressignificação dos valores econômico-ecológicos, ao representar uma faculdade normativa a ser inserida na reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e para um desenvolvimento durável (LEFF, 206, p. 133). Neste momento é que surgiu a noção de “desenvolvimento sustentável”, prescrevendo novos

limites aos processos naturais e formulando a crise da escassez em termos de sustentabilidade.

Noutros termos, a

[...] sustentabilidade exig[iu] que mercados e processos produtivos [fossem] reformulados de acordo com a lógica de retornos da própria natureza e não segundo a lógica do lucro, da acumulação do capital e de retornos em investimentos. O ‘desenvolvimento’ precisa[ria] ser controlado segundo os limites que a natureza estabelece para a economia (SHIVA, 2000, p. 314).

Diante disso, deve-se observar que o termo “sustentabilidade” se referia, originalmente, à capacidade que a natureza detém em dar sustento à vida. E para que isso ocorresse, seria necessário manter a integridade dos processos ciclos e ritmos naturais. Como consequência, qualquer crise referente à sustentabilidade passaria a envolver questões relacionadas à negligência das necessidades e processos da natureza, além do dano causado à sua capacidade de ressurgir<sup>12</sup>.

Nesta mesma linha, Freitas (2011, p.16) entende que não trair a causa da sustentabilidade representa, acima de tudo, não trair a própria vida, justamente para poder deixar fluir o ciclo do ressurgimento. Assim, a sustentabilidade, em seu aspecto ideal, requer uma acentuada transcendência do vigente modelo calcado no anacrônico patrimonialismo insaciável, assim como a geração de novas memórias, aptas a gravar valores que os tempos não consigam facilmente extinguir.

No entanto, o que ocorre hodiernamente, como marca da colonialidade sobre os recursos naturais, é a atribuição de um outro significado à sustentabilidade<sup>13</sup>. Neste novo significado, ela é associada

---

<sup>12</sup> “Na percepção da crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjulgados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificador, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais” (LEFF, 2011, p. 17).

<sup>13</sup> Observa-se que os discursos que prevalecem sobre termos como “desenvolvimento sustentável” se situam, basicamente, em torno da natureza vista de forma dicotomizada em relação à sociedade, buscando-se formas mais “racionais” de exploração dos recursos. Dessa maneira, a questão ecológica foi apropriada como “discurso retórico”, pelo capitalismo, sendo reduzida a termos de “educação ambiental”, a fim de se desviar a atenção dos problemas sociais e políticos e da crítica à estrutura do

com o próprio desenvolvimento - e não com a natureza. Com isso, não há reconhecimento de limites ou necessidade de mantê-los. O objetivo é apenas assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial.

É notável que a ideia de desenvolvimento sustentável não coaduna com a crença fetichista no crescimento material como fim em si (FREITAS, 2011, p. 23). Até mesmo porque, não é todo crescimento econômico que se metamorfoseia em desenvolvimento. No entanto, é inegável que a sustentabilidade foi a melhor forma de manter os problemas estruturais do capitalismo apenas se transformando ou desviando a sua atenção para outros (CARVALHO, 2010, p. 07). Logo, a utilização da ideia de forma distorcida, mostrou ser uma forma de garantir o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias (SHIVA, 2000, p. 315).

Diante de uma luta simbólica para legitimar o discurso da sustentabilidade, os setores hegemônicos puderam dizer o que é ou não um desenvolvimento considerado *sustentável*, de forma a perpetuarem o modo de exploração sob uma nova ótica (CARVALHO, 2010, p. 08). Como resultado, a forma como este desenvolvimento é apresentado, na verdade, mostra-se insustentável<sup>14</sup>. Afinal, a base para compreensão da sustentabilidade seria entender que esta é tomada como exato oposto da insaciabilidade (FREITAS, 2011, p. 17).

Assim, a crise ecológica e do desenvolvimento mostram que o homem fracassou ao tentar se diferenciar da natureza a tal ponto, ao dominá-la e transformá-la, como se tais ações nunca fossem repercutir na própria existência humana<sup>15</sup>. A colonialidade sobre os recursos naturais, mantida mesmo em discursos que se apresentam como resolução da crise,

---

modo de produção capitalista, marcada pela exploração da natureza e da sociedade (CUNHA, 2017, p. 194).

<sup>14</sup> Inclusive diante de tantos impasses, há uma vertente que nega a expressão “desenvolvimento sustentável”, apontando as contradições inerentes ao próprio termo. Porto-Gonçalves foi incisivo, em suas críticas às concepções que tentam conciliar o desenvolvimento econômico capitalista e a conservação ambiental, como se estes não fossem contraditórios. Para este autor, desenvolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu território. Assim, o desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas ao e não de desenvolvimento (CUNHA, 2017, p. 195).

<sup>15</sup> Leff entende que a crise ambiental, além de ser entendida como uma crise de civilização pode ser considerada uma crise de pensamento. O autor afirma que a compreensão da complexidade ambiental perpassa por um processo de construção e reconstrução do pensamento. Sendo assim, certas ações que tinham como pretensão “coisificar” e “economizar” o meio ambiente fizeram parte da cultura de uma racionalidade que se considerou dominante ao cindir a relação intrínseca entre homem e natureza (LEFF, 2011, p. 192).

evidencia esta perda da relação com a natureza e a crença de que tudo é mercadoria, a ponto de a humanidade projetar nela tudo o que pode experimentar (KRENAK, 2019, p. 45).

Nota-se, portanto, que os problemas ambientais não são mais tidos como problemas do meio ambiente e, sim, em sua origem e resultados, questões sociais; problemas do ser humano e da sua relação com a natureza. Em vista disso, a solução para o fim da insustentável exploração de recursos naturais de países não situados no Norte global seria a própria descolonização (material) do imaginário de adoração da modernidade e do crescimento (SILVA, 2019, p. 68). Isso porque, a crise ecológica traz para a percepção humana que a sociedade deixa de ser – ou talvez nunca tenha sido - autônoma em relação à natureza (BECK, 2011, p. 23).

Por isso, reaprender e valorizar as diferentes dinâmicas sociais, perdas com o então colonialismo e com a presente colonialidade, que enxergam a natureza como espaço de manifestações culturais, de subsistência, de desenvolvimento digno e saudável seria o primeiro passo para se iniciar uma nova relação com a natureza. Além disso, faz-se necessário considerar a consciência livre e autônoma para o desenvolvimento de uma ideia original do que se entende por bem-estar, e de como esta outra visão poderia trazer alternativas benéficas para os próprios recursos naturais de países periféricos.

#### **4. Considerações finais**

Para visualizar de que maneira o discurso do desenvolvimento sustentável pode ser apropriado para manutenção da lógica do lucro, da acumulação do capital e de retornos em investimentos, foi necessário compreender em que contexto a natureza passou a ser objeto de utilidade mercantil para o homem. Isso porque, a mudança da relação do homem com o mundo, a partir de determinado momento, foi essencial para os processos de exploração dos recursos naturais e a sua manutenção na atualidade.

E o início do movimento Iluminista na Europa, no século XVII, marcado pelo desenvolvimento científico, foi essencial para a mudança desta relação. Afinal, já não se associava a natureza e seus fenômenos com divindades, acontecimentos incontroláveis ou totalmente imprevisíveis; o

homem se colocou no centro do Universo e, com isso, se julgou com apto a conhecer, dominar e transformar a natureza para seu próprio benefício.

Fato este que confirmou a “modernidade” - um sistema-mundo em que a Europa ocupava o lugar de centro e o resto do mundo a sua periferia, consolidando a sua posição à frente da missão civilizatória, que seguiria um caminho linear em direção ao progresso por si liderado. Ideário este que não era nada mais do que um disfarce para exercer a dominação de povos e riquezas naturais sob a forma da colonização, a qual foi indispensável para a existência e manutenção do capitalismo.

Observou-se, ainda, a perpetuação de práticas colonialistas mesmo com a descolonização e independência de territórios, por meio da colonialidade. Assim, as relações de dependência entre centro e periferia não se limitavam (e nem, hoje, se limitam) apenas ao âmbito econômico e político, podendo ser perceptível inclusive em discursos como o desenvolvimentista, conjecturado ao final da Segunda Guerra mundial.

Aliás, ao propor avanços e progresso industrial para áreas denominadas “subdesenvolvidas”, o discurso do Norte – agora ocupado por Europa e Estados Unidos - acabou por se considerar um estágio final de um caminho para a evolução social. Para que este propósito obtivesse êxito, a exploração e “desenvolvimento” de recursos naturais continuou sendo um dos seus principais pilares, evidenciado também uma colonialidade na apropriação da natureza.

Contudo, tal busca pelo progresso e crescimento econômico fez da natureza objeto manipulável, extrapolando seus limites, fazendo emergir uma crise ecológica no globo. O aumento da interferência humana em desastres, a criação de novos tipos de pobreza e a exclusão, de forma direta ou indireta, daqueles que não se adequam à relação mercantil com os recursos naturais são evidências de que a modernidade se conduziu pela via da ilimitabilidade e irresponsabilidade, capitaneada pelo ocidente colonialista.

Cenário esse que faz surgir a necessidade de “ecologização” das ideias desenvolvimentistas, formulando-se o discurso do “desenvolvimento sustentável”. Contudo, verificou-se que com a marca da colonialidade ainda presente, a ideia de sustentabilidade é apropriada por setores hegemônicos, terminando por receber outro significado, mais ligado ao próprio desenvolvimento do que com a natureza, buscando assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial.

Levando-se em conta, portanto, que o desenvolvimento para os setores hegemônicos, nos moldes da modernidade ocidental, é primeiramente econômico, a inserção do termo “sustentável” por estes não modificou o ideal colonialista. Tanto é assim que a crise ambiental que emerge na atualidade, percebida na produção social de riscos, escassez e desastres, pode ser caracterizada como sendo mais um dos fracassos da própria modernidade, haja vista a ideia de sociedade não poder mais ser dissociada do meio ambiente.

Perante o exposto, é evidente que se vive em um paradoxo: diante de todo um processo histórico que determinou aos países periféricos o que seria desenvolvimento, conciliar essa visão com o discurso de proteção ambiental pouco eficaz tem se mostrado insustentável. Assim sendo, a solução para o fim da exploração desmedida de recursos naturais de países periféricos é a efetiva descolonização do imaginário de adoração da modernidade e do crescimento. Afinal, o caminho até então trilhado já mostrou que não é todo crescimento econômico que se transforma em desenvolvimento.

Deste modo, se a sustentabilidade, extremo oposto da insaciabilidade, continuar sendo apropriada por discursos hegemônicos embutidos, países do Sul permanecerão, de alguma forma, coloni(al)izados. Com isso, estes não terão a chance de reduzir de forma efetiva suas desigualdades, experimentar outras relações com a natureza e de estabelecer critérios próprios para o que se deve entender como progresso e bem-estar, isto é, de criarem uma forma “alternativa” na pós-modernidade.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 58, n.1, pp. 127-141, jan./jun. 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, pp. 613-627, set/dez. 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos Direitos Humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 19, n. 1, pp. 201-230, 2014.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos Desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

CARVALHO, Gabriel F. Da modernidade a sustentabilidade: a perpetuação de um discurso. **Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 01-10, dez. 2010.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgar. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires, CLACSO, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em dez. 2019.

CUNHA, Antonielle Pinheiro da. Diálogos entre Geografia e Agroecologia: Reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n.º 43, pp. 170-205, 2017.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgar. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires, CLACSO, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em dez. 2019.

EIRD/ONU. **Estrategia internacional para la reducción de desastres, Naciones Unidas. Vivir con el Riesgo** – Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. Secretaría. 2004.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelune, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Simone Raquel. B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FURTADO, Janaína Rocha; SILVA, Marcela Souza (Orgs). **Proteção aos Direitos Humanos as pessoas afetadas por desastres**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.21-53.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, José R.M; BELCHIOR, Germana P.N. Dano Ambiental na sociedade de risco: uma visão introdutória. In: LEITE, José R.M (Cord.). **Dano Ambiental na Sociedade de Risco**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 127-168, 2007.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristina. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n. 01, pp. 15-50, jan /jun., 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, pp. 117-142, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 122-146.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelune, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, João Alberto Mendonça; COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro; MACIEL, Josemar de Campos. As árvores não chegam ao céu: dos limites do crescimento à emergência da abundância frugal. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.16, n.3, pp. 58-75, set/dez, 2019.

SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Estado plurinacional**: a proteção do indígena em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Curitiba: Juruá, 2016.

UNEP. **Environment and Disaster Risk**: Emerging Perspectives. ISDR Working Group on Environment and Disaster Reduction. Julho de 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.